

## CAPÍTULO 6

# A FUNÇÃO DA UNIVERSIDADE EM TEMPOS DE CRISE

Escrevendo há 150 anos, o grande reformador liberal e humanista Wilhelm von Humboldt definiu a universidade como “nada além da vida espiritual de seres humanos que são impelidos pelo ócio externo ou por pressões internas para o saber e a investigação”. Em todas as etapas de sua vida, o homem livre é movido, em maior ou menor grau, por essas “pressões internas”. A sociedade em que ele vive pode ou não proporcionar-lhe o “ócio externo” e as formas institucionais em que ele possa realizar essa necessidade humana de descobrir e criar, de explorar, avaliar e vir a compreender, de aprimorar e exercer seus talentos, de contemplar, de fazer sua própria contribuição individual para a cultura contemporânea, e de analisar, criticar e transformar essa cultura e a estrutura social em que ela se enraíza. Mesmo que a universidade não existisse formalmente, observou Humboldt, “uma pessoa refletiria e colheria dados em particular, outra se juntaria a homens de sua idade, uma terceira encontraria um círculo de discípulos. É a essa imagem que o Estado deve manter-se fiel, se quiser dar forma institucional a operações humanas tão indefinidas e acidentais”.<sup>1</sup>

O grau em que as formas institucionais existentes permitem que essas necessidades humanas sejam satisfeitas fornece uma medida do nível de civilização atingido pela sociedade. Um dos componentes da interminável luta para chegar a uma ordem social mais justa e humana é o esforço de eliminar as barreiras — sejam elas econômicas, ideológicas ou políticas — que bloqueiam as formas particulares de auto-realização individual e de ação coletiva que a universidade deve possibilitar.

O grande mérito do movimento estudantil da década de 1960 foi ajudar a abalar a arrogância que havia tomado conta de grande parte da vida intelectual norte-americana, tanto no tocante à sociedade estado-unidense quanto ao papel da universidade dentro dela. A renovação do interesse pela reforma universitária é, em larga medida, uma consequência do ativismo estudantil. Grande parte da energia tem sido orientada para os problemas de "reestruturar a universidade": democratizá-la, redistribuir o "poder" dentro dela e reduzir as restrições à liberdade dos alunos e a dependência da universidade em relação a instituições externas. Desconfio que pouco se conseguirá de verdadeira substância dentro desses moldes. As mudanças formais na estrutura universitária surtirão pouco efeito no que um estudante faz com sua vida ou na relação entre a universidade e a sociedade. Enquanto a reforma não chegar ao cerne da universidade — o conteúdo dos currículos, a interação entre alunos e professores, a natureza das pesquisas e, em alguns campos, a prática relacionada com a teoria —, ela continuará a ser superficial. Mas é duvidoso que esses temas sejam significativamente afetados pelos tipos de reforma estrutural que vêm sendo debatidos em muitos *campi* universitários.

É inútil discutir "a função da universidade" abstraíndo-a das circunstâncias históricas concretas, assim como seria um desperdício de esforço estudar qualquer outra instituição social dessa maneira. Numa sociedade diferente, podem surgir questões inteiramente diversas quanto à função da universidade e aos problemas prementes. Para quem acredita como eu que nossa sociedade deve passar por mudanças drásticas, para que haja um avanço na civilização — talvez até para a sobrevivência —, a reforma universitária se afigurará um assunto insignificante, exceto na medida em que contribua para a mudança social. À parte essa questão, decerto pode haver aperfeiçoamentos na universidade, no contexto das "formas institucionais" existentes, e a revisão drástica dessas formas pouco contribuirá para eles.

Nunca é fácil determinar até que ponto as deficiências de uma dada instituição podem ser efetivamente superadas através da reforma interna, e até que ponto elas refletem características da sociedade como um todo, ou questões de psicologia individual relativamente independentes das formas sociais. Consideremos, por exemplo, a competitividade fomentada pela universidade, ou, a rigor, pelo sistema de ensino como um todo. É difícil nos convencermos de que isso atende a algum objetivo educacional. Por certo não prepara o estu-

dante para a vida de um cientista, no exercício de seu ofício, a fim de que seus colegas não fossem auxiliados por eles. No entanto, muit

Numa fase posterior das descobertas e a ajudamos acertadamente não conseguem elevar-se, são incompetentes mesmo no nível mais desestimulam o estudante pessoa sensata: indivíduo coletivamente, quando Os projetos de estudo se exige que a dissertação dual, como também, a implícita pela insignificância concluído num prazo uma meta restrita, e a e questionar o arcabouço de fracassar. Nesse aspecto a mediocridade. T estudiosos dedicarem s ram. Os padrões de per pobreza da concepção rígidas, podem limitar escaparem a essas limit pressões que tendem a pensamento. Esse fenô do ensino superior, é muitos críticos têm der tudo, não fica evidente ponto ela é inerente ao na qual a busca dos in

le 1960 foi ajudar a arte da vida intelectual-unidense quanto crescesse pela reforma do ativismo estudantil. Nas de "reestruturar" o trabalho dela e reduzir a produtividade em relação a uma vida de verdadeira subestrutura universitária. A vida ou na relação chegou ao cerne da arte dos alunos e profissionais relacionada com o uso que esses temas estruturais que vêm

do-a das circunstâncias de esforço estudantil em sociedade diferente, a função da universidade e que nossa sociedade avanço na civilização seria se afigurará uma via para a mudança de elementos na universidade, e a revisão drástica

de uma dada instabilidade interna, e até que tudo, ou questões de normas sociais. Considera a universidade, ou, a menos convenceremos de não prepara o estu-

dante para a vida de um estudioso ou um cientista. Seria absurdo exigir de um cientista, no exercício de sua profissão, que ele guardasse segredo de seu trabalho, a fim de que seus colegas não tivessem conhecimento de suas realizações e não fossem auxiliados por suas descobertas nos estudos e pesquisas feitos por eles. No entanto, muitas vezes é isso que exigimos do aluno na sala de aula.

Numa fase posterior da vida, o esforço coletivo, com o compartilhamento das descobertas e a ajuda mútua, é o ideal; quando não é essa a norma, interpretamos acertadamente esse fenômeno como uma inadequação daqueles que não conseguem elevar-se acima do engrandecimento pessoal e que, nessa medida, são incompetentes como estudiosos, cientistas e professores. Todavia, mesmo no nível mais avançado da pós-graduação, as normas universitárias desestimulam o estudante a trabalhar como decerto optaria por fazer qualquer pessoa sensata: individualmente, no campo a que seus interesses o levarem, e coletivamente, quando lhe for possível aprender com seus pares e auxiliá-los. Os projetos de estudo e as provas são individuais e competitivos. Não apenas se exige que a dissertação doutoral seja uma contribuição puramente individual, como também, além desse requisito questionável, há uma predileção implícita pela insignificância na exigência de que um trabalho completo seja concluído num prazo fixo. O aluno é obrigado a estabelecer para si mesmo uma meta restrita, e a evitar a investigação aventureira e especulativa que possa questionar o arcabouço convencional do saber, e com isso corre um alto risco de fracassar. Nesse aspecto, as formas institucionais da universidade incentivam a mediocridade. Talvez essa seja uma das razões por que é tão comum os estudiosos dedicarem sua carreira a modificações banais daquilo que já fizeram. Os padrões de pensamento impostos a seu trabalho inicial, assim como a pobreza da concepção fomentada por formas institucionais demasiadamente rígidas, podem limitar sua imaginação e distorcer sua visão. O fato de muitos escaparem a essas limitações é um tributo à capacidade humana de resistir às pressões que tendem a restringir a variedade e a criatividade da vida e do pensamento. Esse fenômeno, que é verdadeiro até nos níveis mais avançados do ensino superior, é muito mais significativo nas etapas anteriores, como muitos críticos têm demonstrado com eloquência. Mesmo nessa situação, contudo, não fica evidente até que ponto a culpa é das universidades e até que ponto ela é inerente ao papel atribuído a estas por uma sociedade competitiva, na qual a busca dos interesses pessoais é erigida como a meta mais elevada.

Algumas das pressões que empobrecem a experiência educacional e distorcem a relação natural entre alunos e professores originam-se, claramente, em exigências impostas na escola. Consideremos, por exemplo, um problema definido por Daniel Bell: “o ensino superior tem sido sobrecarregado com a tarefa de se tornar um guardião dos portões — talvez o único a abri-los para as posições importantes e o privilégio na sociedade. (...) isso significa que o sistema educacional já não está orientado para ensinar, e sim para julgar.”<sup>2</sup> Jencks e Riesman fazem uma colocação semelhante: “a universidade é uma espécie de teste de aptidão protelado, para medir certos aspectos da inteligência e do caráter.” Resultado: “Contar com a faculdade para que ela pré-seleccione a alta classe média elimina, evidentemente, a maioria dos jovens nascidos em famílias de camadas inferiores, já que estes têm ‘a postura errada’ em relação ao sucesso acadêmico.”<sup>3</sup> O efeito é que a universidade serve de instrumento para garantir a perpetuação do privilégio social.

O mesmo, aliás, se aplica a fases posteriores da vida. Para chegar ao ideal humboldtiano, a universidade deveria estar aberta a qualquer pessoa, em qualquer etapa da vida, que quisesse servir-se dessa forma institucional para promover sua “vida espiritual”. Existem, de fato, cursos destinados a levar executivos empresariais ou engenheiros da indústria de volta à universidade, para uma formação especializada ou simplesmente para ampliarem seus horizontes culturais, mas, ao que eu saiba, não há nenhum para sapateiros ou operários industriais, os quais, em princípio, não tirariam menos proveito de tais oportunidades. Evidentemente, seria enganoso descrever essas desigualdades como meros defeitos da universidade.

Em geral, há pouca ou nenhuma função educacional no requisito de que a universidade se encarregue da certificação, bem como do ensino e da pesquisa. Ao contrário, essa exigência interfere em sua função apropriada. É uma exigência imposta por uma sociedade que assegura, de muitas maneiras, a preservação de certas formas de privilégio.

Ou, então, consideremos a exigência, amiúde verbalizada, de que a universidade esteja a serviço das necessidades da sociedade externa — de que suas atividades sejam “pertinentes” aos interesses da sociedade como um todo. Enunciada em linhas muito gerais, essa demanda é justificável. Traduzida na prática, porém, geralmente significa que as universidades prestam um serviço às instituições sociais existentes, àquelas instituições que estão em condições de

enunciar suas necessidades e os membros da “comunidade” estão mantendo uma postura que atendem a exigências ditadas por tomar uma decisão política, a autoridade e do privilégio, de modo a reforçá-la. O Pentágono, suas necessidades e financeiras da Guatemala ou os desempregados obviamente. Uma sociedade que fugisse da universidade que fugisse da realidade. A universidade só é livre na medida em que supere a tecnologia em vigor e aos padrões.

Em sua relação com a liberdade seja, em certo sentido, o trabalho criativo em qualquer coisa, aprimora os experimentos de feição os aparelhos existentes inteiramente explorados, são matéria de imaginação criativa, na erudição ou nas alternativas para os problemas aplica a um dado campo de busca a aventura intelectual.

Estas observações são de estudo do Homem e da sociedade, visão de uma ordem social discrepância — não raro, o frente, é uma criatura assustada “responsável”, “realista” e “deve parar de questionar não cessar-se por modificações de eficiência e disfarcem suas alternativas radicalmente de

educacional e se, claramente, um problema arregado com a abertura para significar que o para julgar.”<sup>2</sup> A liberdade é uma das inteligências pré-selecionadas nascidos radical em relação de instrumen-

hegar ao ideal soa, em qual forma para promover a execução da universidade, para seus horizontes e operários e de tais oportunidades como

quisito de que a e da pesquisa. Ela. É uma existência, a preser-

de que a uni— de que suas em todo. Enunziata na prática um serviço às condições de

enunciar suas necessidades e subsidiar o esforço para satisfazê-las. Não é difícil os membros da “comunidade universitária” se iludirem com a crença em que estão mantendo uma postura “neutra, isenta de valores”, quando simplesmente atendem a exigências ditadas em outros lugares. Com efeito, fazer isso é tomar uma decisão política, ou seja, é ratificar a distribuição existente do poder, da autoridade e do privilégio na sociedade em geral, e assumir o compromisso de reforçá-la. O Pentágono e as grandes empresas estão aptos a formular suas necessidades e financiar o tipo de trabalho que as atenda. Os camponeses da Guatemala ou os desempregados do Harlem não têm condições de fazê-lo, obviamente. Uma sociedade livre deveria estimular o desenvolvimento de uma universidade que fugisse da compulsão nem tão sutil a ser “relevante” nesse sentido. A universidade só conseguirá dar sua contribuição a uma sociedade livre na medida em que supere a tentação a se conformar acriticamente à ideologia em vigor e aos padrões existentes de poder e privilégio.

Em sua relação com a sociedade, deve-se esperar que uma universidade livre seja, em certo sentido, “subversiva”. Consideramos líquido e certo que o trabalho criativo em qualquer campo desafie a ortodoxia vigente. O físico que aprimora os experimentos de ontem, o engenheiro que busca meramente aperfeiçoar os aparelhos existentes, o artista que se limita a estilos e técnicas já inteiramente explorados, são todos acertadamente vistos como deficientes em matéria de imaginação criativa. O trabalho empolgante nas ciências, na tecnologia, na erudição ou nas artes perscruta os limites da compreensão e tenta criar alternativas para os pressupostos convencionais. Quando isso já não se aplica a um dado campo de investigação, o campo é abandonado pelos que buscam a aventura intelectual.

Estas observações são clichês que poucas pessoas contestarão — exceto no estudo do Homem e da sociedade. O crítico social que procura formular uma visão de uma ordem social mais justa e humana, e que se preocupa com a discrepância — não raro, o abismo — que separa essa visão da realidade à sua frente, é uma criatura assustadora, que deve “superar sua alienação” e se tornar “responsável”, “realista” e “pragmático”. Decodificando essas expressões, ele deve parar de questionar nossos valores e ameaçar nosso privilégio. Pode interessar-se por modificações técnicas da sociedade existente, que melhorem sua eficiência e disfarcem suas desigualdades, mas não deve tentar conceber uma alternativa radicalmente diferente e se envolver na tentativa de promover

mudanças sociais. Portanto, deve abandonar o caminho da investigação criativa, tal como concebida em outros campos. Nem é preciso frisar que esse preconceito é ainda mais rigidamente institucionalizado nas sociedades dos Estados socialistas.

É óbvio que a mente livre pode incorrer em erros; o crítico social está tão pouco imune a essa possibilidade quanto o cientista ou o artista inventivos. É possível que, num dado estágio da tecnologia, a atividade mais importante seja aperfeiçoar o motor de combustão interna, e que, numa dada etapa da evolução social, deva-se voltar primordialmente a atenção para o estudo de medidas fiscais que melhorem o funcionamento do capitalismo de Estado das democracias ocidentais. Isso é possível, mas não chega a ser óbvio, em ambos os casos. As universidades oferecem liberdade e incentivo aos que questionam o primeiro desses pressupostos, porém mais raramente os concedem aos que questionam o segundo. As razões são bastante claras. Uma vez que a voz dominante de qualquer sociedade é a dos beneficiários do *status quo*, o “intelectual alienado” que tenta seguir o caminho normal da investigação honesta — talvez cometendo erros no percurso —, e que, portanto, muitas vezes se descobre desafiando o saber convencional, tende a ser uma figura solitária. O grau de proteção e apoio que lhe é proporcionado pela universidade, mais uma vez, é uma medida do êxito dela no cumprimento de sua função adequada numa sociedade livre. É também uma medida da disposição da sociedade de submeter sua ideologia e sua estrutura a uma análise e avaliação críticas, e de sua disposição de superar as desigualdades e falhas que venham a ser reveladas por essa crítica.

Problemas como esses — que nunca deixarão de existir, enquanto perdurarem as sociedades humanas — tornaram-se um pouco mais prementes nos últimos anos, por diversas razões. Numa sociedade industrial avançada, a ligação entre a universidade e as instituições sociais externas tende a se tornar mais estreita e intrincada, em função da utilidade do “conhecimento produzido” (para usar uma expressão vulgar) e da formação oferecida. Essa é uma visão conhecida. Meio século atrás, Randolph Bourne observou que a Segunda Guerra Mundial levava para a liderança uma intelectualidade liberal técnica, “imensamente preparada para a ordenação executiva dos acontecimentos e lastimavelmente despreparada para a interpretação intelectual da focalização idealista dos objetivos”; eram intelectuais pragmáticos, que “absorveram o

segredo do método científico estavam prontamente “adaptados” para a universidade e ele a descreveu como “um conjunto de motivações e reações, à escala industrial. (...) A universidade tem a natureza da *commodity* e tenta assegurar ao trabalhador a qualquer outro tipo de emprego, definem sua obrigação de pagar a *commodity* produzida para a classe que eles representam”.<sup>4</sup> prosseguiu Bourne, “a um nobre ideal de uma comunidade privada.”<sup>4</sup>

A caracterização da universidade dada em muitos aspectos hoje mais ainda do que nos leitores que o movimento de independência — uma crítica. Também nesse caso, por fantasias, mas seria um critério que existe nela.

Outra razão por que a preocupação mais urgente delas passaram a ser o centro, mas também escritores. Na medida em que isso intelectuais independente à universidade. É provável universitária dos últimos anos na década de 1950 e a universidade parece ter-se centro de estimulação inassinalou que não pode re

estigação criati-  
 ar que esse pre-  
 dades dos Esta-

o social está tão  
 a inventivos. É  
 mais importante  
 dada etapa da  
 ra o estudo de  
 o de Estado das  
 ovio, em ambos  
 que questionam  
 cedem aos que  
 que a voz domi-  
 o, o “intelectual  
 honesta — tal-  
 ezes se descobre  
 ária. O grau de  
 mais uma vez, é  
 adequada numa  
 cidade de sub-  
 ríticas, e de sua  
 er reveladas por

nquanto perdu-  
 s prementes nos  
 avançada, a liga-  
 a se tornar mais  
 nto produzido”  
 ssa é uma visão  
 que a Segunda  
 : liberal técnica,  
 ontecimentos e  
 il da focalização  
 : “absorveram o

segredo do método científico, tal como aplicado à administração política”, e estavam prontamente “alinhados a serviço das técnicas de guerra”. Voltando-se para a universidade e tomando como protótipo a Universidade Columbia, ele a descreveu como “uma empresa financeira, estritamente análoga, em suas motivações e reações, à empresa interessada na produção de *commodities* industriais. (...) A universidade produz saber, em vez de aço ou borracha, mas a natureza da *commodity* acadêmica tem-se tornado cada vez menos capaz de assegurar ao trabalhador acadêmico um *status* materialmente diferente do de qualquer outro tipo de empregado”. Os membros do conselho diretor, disse ele, definem sua obrigação da seguinte maneira: “certificar-se de que a qualidade da *commodity* produzida pela universidade seja tal que se afigure respeitável para a classe que eles representam”. “Sob o controle do conselho diretor”, prosseguiu Bourne, “a universidade norte-americana degradou seu antigo e nobre ideal de uma comunidade de saber, tornando-se uma empresa comercial privada.”<sup>4</sup>

A caracterização da universidade formulada por Bourne pode ser questionada em muitos aspectos, mas tem um incômodo toque de autenticidade, hoje mais ainda do que na época em que ele escreveu. Não há de escapar aos leitores que o movimento estudantil dos últimos anos elaborou — com toda a independência — uma crítica muito parecida, amiúde com a mesma retórica. Também nesse caso, podemos apontar para um exagero e até para algumas fantasias, mas seria um erro fechar os olhos para o núcleo de verdade que existe nela.

Outra razão por que os problemas das universidades tornaram-se uma preocupação mais urgente do que antes é que, numa escala sem precedentes, elas passaram a ser o centro da vida intelectual. Não apenas cientistas e eruditos, mas também escritores e artistas são atraídos para a comunidade acadêmica. Na medida em que isso acontece, na medida em que outras comunidades intelectuais independentes vão desaparecendo, aumentam as exigências feitas à universidade. É provável que esse tenha sido um componente da crise universitária dos últimos anos. Com a despolitização da sociedade norte-americana na década de 1950 e com a redução da extensão do pensamento social, a universidade parece ter-se tornado, para muitos estudantes, quase o único centro de estimulação intelectual. Numa entrevista recente, Lionel Trilling assinalou que não pode recorrer a sua própria experiência estudantil para com-

preender a motivação dos “alunos militantes” da Columbia: “Como todos os meus amigos da faculdade, eu não tinha o menor interesse na universidade como instituição: pensava nela, se é que chegava a fazê-lo, como a precondição inevitável e tacanha para conseguir lazer, alguns professores interessantes e uma biblioteca. Acho difícil acreditar que não seja essa a atitude natural (...)”<sup>5</sup> Trata-se de um comentário oportuno. Antigamente, eram sobretudo os grupos do futebol americano e dos grêmios estudantis que se interessavam pela universidade como tal. Nesse aspecto, porém, houve mudanças substanciais. Agora, em geral são os alunos mais sérios e reflexivos que se preocupam com a natureza das universidades e se sentem prejudicados e privados por suas falhas. Vinte anos atrás, esses estudantes — numa universidade urbana, pelo menos — se voltariam para outros lugares em busca da vida intelectual e social que hoje esperam que a universidade proporcione.

Pessoalmente, creio que os claros desafios criados pelo movimento estudantil estão entre os poucos fatos novos que trazem esperança nestes anos conturbados. Seria superficial e bastante infantil, na verdade, ficarmos tão siderados com os absurdos ocasionais das formulações, ou com os atos ofensivos, que não enxerguemos a grande importância dos problemas levantados e que estão por trás do tumulto. Só uma pessoa totalmente carente de bom senso poderia sentir-se ofendida com o “extremismo estudantil” e não, numa medida imensamente maior, com os acontecimentos e situações que o motivam. Alguém capaz de escrever palavras como as que se seguem, para dizê-lo com toda a gentileza possível, perdeu sua capacidade de apreender a realidade: “Muitas de nossas universidades já decidiram que a única maneira de evitar os tumultos no *campus* é dar créditos acadêmicos aos estudantes por tumultos fora do *campus* (‘trabalho de campo’ nos guetos, entre trabalhadores migrantes etc.)”<sup>6</sup> Consideremos os pressupostos que levariam uma pessoa a descrever o trabalho nos guetos ou entre trabalhadores migrantes como uma forma de “tumulto”, ou, a rigor, a encarar esse tipo de trabalho como necessariamente inadequado a um currículo universitário — ao contrário, digamos, do trabalho na guerra biológica ou na contra-insurgência, que não é descrito nesses termos.

Menos extremada, mas ainda gravemente distorcida, é a percepção do movimento estudantil expressa por George Kennan, que se preocupa com o que vê como “o estado mental extremamente perturbado e agitado de uma boa parcela de nossos jovens estudantes, que se debatem em seu próprio deserto

assustador de drogas, por  
pressionante que ele se  
extremamente perturbada  
lagem de bombas lançadas  
pela Força Aérea dos Estados  
Mundial, ou dos responsáveis  
de 1950, ou, por falar nisso,  
debatem” no clima tradi-  
des, e cujos tumultos são

A própria irracional  
reação ao movimento es-  
Mais importante, porém  
esse movimento como u-  
talvez de natureza muito  
de conturbada e perigos-  
gastamos bem mais de u-  
dólares numa competiçã-  
tecnólogos preparam-se  
com um custo final de r-  
contribuirá em nada pa-  
uma corrida armamentis-  
tidades caem aos pedaços  
enquanto aqueles que te-  
É intolerável que nossa  
consumo, em parte para-  
recursos materiais do m-  
não há palavras para de-  
paralelo no mundo cont-  
ameaça aos “objetivos n-  
dania passiva e dócil ac-  
social paquistanês que a-  
cídio”, referindo-se ao f-  
de diversões públicas e j-  
entretanto, confirma s-

“Como todos os na universidade io a precondição s interessantes e de natural (...).”<sup>5</sup> Obretudo os gruteressavam pela ças substanciais. reocupam com a s por suas falhas. ana, pelo menos tual e social que

movimento estu- unça nestes anos de, ficarmos tão m os atos ofensi- nas levantados e carente de bom til” e não, numa ções que o moti- em, para dizê-lo nder a realidade: neira de evitar os es por tumultos adores migrantes soa a descrever o o uma forma de necessariamente mos, do trabalho to nesses termos. a percepção do preocupa com o agitado de uma u próprio deserto

assustador de drogas, pornografia e histeria política”.<sup>7</sup> Mais uma vez, é impressionante que ele se sinta tão menos preocupado com o “estado mental extremamente perturbado e agitado” dos responsáveis pelo fato de que a tonelagem de bombas lançadas sobre o Vietnã do Sul ultrapassa o total lançado pela Força Aérea dos Estados Unidos em todos os teatros da Segunda Guerra Mundial, ou dos responsáveis pela “histeria política” anticomunista da década de 1950, ou, por falar nisso, da grande massa de estudantes que ainda “se debatem” no clima tradicional de conformismo e passividade das universidades, e cujos tumultos são ocasionados pelas vitórias nos jogos de futebol.

A própria irracionalidade que tem sido uma característica marcante da reação ao movimento estudantil é um fenômeno notável e digno de análise. Mais importante, porém, é o esforço de encarar o desafio representado por esse movimento como um estímulo ao pensamento crítico e à ação social, talvez de natureza muito radical — uma necessidade imperiosa numa sociedade conturbada e perigosa como a nossa. Desde a Segunda Guerra Mundial, gastamos bem mais de um trilhão de dólares na “defesa”, além de bilhões de dólares numa competição infantil para pôr um homem na Lua. Cientistas e tecnólogos preparam-se para construir um sistema de mísseis antibalísticos com um custo final de muitos bilhões de dólares, embora saibam que ele não contribuirá em nada para a defesa e que, na verdade, levará a novos píncaros uma corrida armamentista potencialmente suicida. Ao mesmo tempo, nossas cidades caem aos pedaços e milhões de pessoas passam fome e necessidade, enquanto aqueles que tentam divulgar essa situação são investigados pelo FBI. É intolerável que nossa sociedade continue a se arrogar — em parte para o consumo, em parte para um desperdício inescrupuloso — quase metade dos recursos materiais do mundo, que estão longe de ser ilimitados. Simplesmente não há palavras para descrever nossa disposição de destruir, numa escala sem paralelo no mundo contemporâneo, quando nossos governantes detectam uma ameaça aos “objetivos nacionais” que eles mesmos formulam, e que uma cidadania passiva e dócil aceita. Talvez pareça extremado o juízo de um cientista social paquistanês que afirmou que “a América institucionalizou até seu genocídio”, referindo-se ao fato de que o extermínio dos índios “tornou-se objeto de diversões públicas e jogos infantis”.<sup>8</sup> Uma olhadela para os livros didáticos, entretanto, confirma sua avaliação. Consideremos a seguinte descrição do

extermínio da tribo Pequot pelo capitão John Mason, num livro didático da quarta série do ensino fundamental:

Seu pequeno exército atacou ao amanhecer, antes de clarear, e apanhou os Pequots de surpresa. Os soldados derrubaram a paliçada com seus machados, entraram correndo e atearam fogo às palhoças. Mataram quase todos os guerreiros, mulheres e crianças, e queimaram seu milho e outros alimentos. Não restou nenhum Pequot para criar outros problemas. Quando as outras tribos indígenas viram como os homens brancos eram bons lutadores, mantiveram a paz durante muitos anos.

“Eu queria ser homem e ter estado lá”, pensou Robert.<sup>9</sup>

A criança que adquire atitudes como essa na escola transforma-se no homem capaz de se portar da maneira descrita por uma testemunha ocular britânica:

Perguntei a um norte-americano que acabara de ordenar um ataque a algumas cabanas e sampanas (destroçando estas últimas, “com pedaços do barco e dos corpos voando em todas as direções”) se aquele tipo de ataque aéreo não matava muitos civis inofensivos. “Mas as pessoas não deviam continuar a morar aqui”, disse ele.<sup>10</sup>

Nem é preciso acrescentar que as atitudes criadas nas escolas são apoiadas pelos meios de comunicação de massa, não apenas diretamente, mas também através do incentivo à passividade geral. Há muito de verdade na observação de Paul Lazarsfeld e Robert Merton de que

esses meios de comunicação não apenas continuam a afirmar o *status quo*, como, na mesma medida, deixam de levantar questões essenciais sobre a estrutura da sociedade. Assim, por conduzir ao conformismo e proporcionar pouca base para uma avaliação crítica da sociedade, a mídia comercialmente patrocinada restringe, de maneira indireta mas eficaz, o desenvolvimento convincente de uma visão genuinamente crítica.<sup>11</sup>

Este não é o lugar para uma longa discussão; basta assinalar que, pelas razões sugeridas por essas poucas observações, é de extrema urgência, para nós mesmos e para a sociedade mundial, que nossas instituições e nossa ideologia

sejam submetidas a uma alvo primordial dessa análise institucional” dentro das circunstâncias históricas específicas. O filósofo francês Bertrand Russell

Sem a rebeldia, a humildade do homem que se recusa a ser legítima em determinados motivos sociais, e não p

São essas circunstâncias a função da universidade e

As reações à recente crise têm sido muito variáveis. Naturalmente, elas representam fundamentalmente não estariam comprometidas e podem concretizar-se, que as esperanças que eles mesmos a maioria das outras pessoas dantes radicais mais fazerem do que dos sindicalistas para os trabalhadores”.<sup>13</sup> à revolta maciça dos estu

Agora os sinais são eloquentes que lhe é distintamente das, mesmo que ela ecoe a revolução cultural, por questões subjacentes às estruturas das relações humanas. Essa luta por trazer justiça social, mas através de seu compromisso com a burocracia não só no papel de escravos em condições hierárquicas das qu

sejam submetidas a uma análise crítica séria. As universidades devem ser um alvo primordial dessa análise e, ao mesmo tempo, podem proporcionar a “forma institucional” dentro da qual ela possa ser livremente realizada. Nas circunstâncias históricas específicas de hoje, é proveitoso lembrar um comentário de Bertrand Russell:

Sem a rebeldia, a humanidade estagnaria e a injustiça seria irremediável. O homem que se recusa a obedecer à autoridade, portanto, tem uma função legítima em determinadas circunstâncias, desde que sua desobediência tenha motivos sociais, e não pessoais.<sup>12</sup>

São essas circunstâncias históricas que definem o contexto para um estudo da função da universidade e do atual questionamento dela.

As reações à recente onda de agitação estudantil no mundo inteiro têm sido muito variáveis. Nathan Glazer pergunta “se os estudantes radicais representam fundamentalmente um mundo melhor que possa vir a existir, ou se não estariam comprometidos com visões ultrapassadas e românticas que não podem concretizar-se, que contradizem fundamentalmente outros desejos e esperanças que eles mesmos têm, e que contradizem ainda mais os desejos da maioria das outras pessoas”. Glazer tende para esta última opinião; os estudantes radicais mais fazem-no lembrar “[dos] ludditas que quebravam máquinas do que dos sindicalistas socialistas que conquistaram a cidadania e poder para os trabalhadores”.<sup>13</sup> Em contraste, consideremos a reação de Paul Ricoeur à revolta maciça dos estudantes franceses em maio de 1968:

Agora os sinais são eloqüentes. O Ocidente entrou numa revolução cultural que lhe é distintamente própria, a revolução das sociedades industriais avançadas, mesmo que ela ecoe ou se inspire na revolução chinesa. Trata-se de uma revolução cultural, porque questiona a visão de mundo e a concepção de vida subjacentes às estruturas econômicas e políticas, bem como a totalidade das relações humanas. Essa revolução ataca o capitalismo não apenas por ele não trazer justiça social, mas também por conseguir iludir os homens bem demais, através de seu compromisso desumano com o bem-estar quantitativo. Ela ataca a burocracia não só por ser onerosa e ineficaz, mas por colocar os homens no papel de escravos em relação à totalidade dos poderes, de estruturas e relações hierárquicas das quais eles foram alienados. Por último, ela ataca o niilismo

ro didático da

apanhou os  
is machados,  
dos os guer-  
mentos. Não  
outras tribos  
nantiveram a

a-se no homem  
cular britânica:

que a algumas  
o barco e dos  
éreo não ma-  
nuar a morar

as são apoiadas  
e, mas também  
e na observação

o *status quo*,  
eis sobre a es-  
proporcionar  
mercialmente  
vimento con-

que, pelas razões  
a, para nós mes-  
nossa ideologia

de uma sociedade que, tal como um tecido canceroso, não tem outro propósito senão seu próprio crescimento. Confrontada com uma sociedade insensata, essa revolução cultural tenta encontrar o caminho para a criação de bens, idéias e valores que tenham relação com seus próprios fins. É uma empreitada gigantesca; levará anos, décadas, um século. (...) <sup>14</sup>

Glazer (como Brzezinski, ver nota 7) vê os rebeldes estudantis como ludditas, deslocados e incapazes de descobrir seu papel na nova sociedade de tecnologia avançada e de complexa gestão social. Eles “provêm de campos que têm um lugar restrito e ambíguo na sociedade contemporânea”. <sup>15</sup> Ricoeur, por outro lado, expressa uma percepção muito diferente: nas sociedades industriais avançadas dos próximos anos, haverá um nítido conflito entre a força centralizadora de uma burocracia técnica, gerindo a sociedade para fins dúbios, e as forças que buscam reconstruir a vida social em escala mais humana, com base na “participação” e no controle popular. As duas interpretações intuem que há um grande processo histórico em andamento. Diferem em seu julgamento de onde têm a expectativa (e a esperança, sem dúvida) de que ele termine, e diferem correspondentemente na interpretação que dão à dissidência e à rebelião estudantis. Ambas prevêem que a universidade estará no centro do conflito. Os otimistas podem ter a esperança de que ela fique no olho do furacão, porém é mais realista esperar que ela continue a ser apanhada na controvérsia e no tumulto.

Difícilmente se poderia duvidar de que estamos em meio a um processo histórico de centralização e burocratização, não só na economia, mas também na política e na organização social. A crise das instituições parlamentares é um fenômeno mundial. <sup>16</sup> As reações podem ser vistas não apenas nas revoltas universitárias, mas também na busca de formas de organização e controle comunitários — que têm aberto caminho à força para as primeiras páginas dos jornais, nos últimos meses — e até, ao que parece, nas tentativas incipientes de um controle mais direto por parte dos trabalhadores, amiúde em oposição a sindicatos altamente burocratizados, que se distanciam cada vez mais das preocupações cotidianas daqueles que os dirigentes afirmam representar. <sup>17</sup> No Leste Europeu, há fenômenos mais ou menos análogos. O movimento estudantil, a meu ver, deve ser compreendido nesse contexto mais geral. As universidades não conseguirão isolar-se do profundo conflito social que parece provável,

embora seja difícil prever instituições sociais, já assim: pode haver um questionar a sociedade moderna: o de que é intrinsecamente desejável. ver uma crítica do papel da técnica e em sua utilização. “Ho, Ho, Ho Chi Minh” protestando contra a Guerra que ela simboliza; estão também protestando contra o papel e rejeitando o tipo de raciocínio justiça que — tal como ele na prática, como um saber — não sobre como atender à natureza norte-americano também natureza.

Em muitos aspectos, a retrato pouco lisonjeiro que ser exagerado, mas é básica te para o estudante interesse universidade leva a um ex-entanto, os problemas trazem própria universidade. Com governamentais de pesquisa Marx, de que “o governo e cia sobre a escola”. <sup>19</sup> Por o de pesquisa do governo fo- co, ao apoiarem pesquisas ser subsidiadas pela univer- de pesquisa, pelo menos n- pela origem dos recursos, que o ensino científico po- apoio. Além disso, os estu- o apoio do Ministério da

itro propósi-  
de insensata,  
e bens, idéias  
citada gigan-

como ludditas,  
e de tecnologia  
os que têm um  
neur, por outro  
industriais avan-  
t centralizadora  
ios, e as forças  
t, com base na  
intuem que há  
julgamento de  
ele termine, e  
lência e à rebe-  
ntro do confli-  
ho do furacão,  
na controvérsia

a um processo  
a, mas também  
umentares é um  
as revoltas uni-  
controle comu-  
as páginas dos  
s incipientes de  
em oposição a  
t mais das preo-  
entar.<sup>17</sup> No Les-  
ento estudantil,  
s universidades  
arece provável,

embora seja difícil prever seu curso. A ligação das universidades com outras instituições sociais, já assinalada, assegura isso. Na verdade, nos próximos anos, pode haver um questionamento muito sério de um pressuposto básico da sociedade moderna: o de que o desenvolvimento tecnológico é um processo intrinsecamente desejável e inevitável; e, com esse questionamento, pode haver uma crítica do papel da universidade na promoção do conhecimento e da técnica e em sua utilização. Quando os estudantes da Europa Ocidental usam "Ho, Ho, Ho Chi Minh" como seu grito de guerra, não estão meramente protestando contra a Guerra do Vietnã e a opressão dos pobres pelos ricos que ela simboliza; estão também reagindo aos valores da sociedade industrial, protestando contra o papel que lhes é atribuído de gestores dessa sociedade, e rejeitando o tipo de racionalidade não pautada por nenhum sentimento de justiça que — tal como eles a vêem, com considerável exatidão — se traduz, na prática, como um saber sobre como preservar o privilégio e a ordem, mas não sobre como atender às necessidades humanas. O movimento estudantil norte-americano também é parcialmente movido por preocupações dessa natureza.

Em muitos aspectos, a universidade é um alvo legítimo de protestos. O retrato pouco lisonjeiro que dela fazem críticos como James Ridgeway<sup>18</sup> pode ser exagerado, mas é basicamente realista e muito apropriadamente inquietante para o estudante interessado. O reconhecimento dessas características da universidade leva a um extremo desagradado e, muitas vezes, à militância. No entanto, os problemas trazidos à tona talvez sejam insolúveis no arcabouço da própria universidade. Consideremos, por exemplo, a questão dos contratos governamentais de pesquisa. Há um ideal liberal clássico, também ecoado por Marx, de que "o governo e a Igreja (...) sejam igualmente excluídos da influência sobre a escola".<sup>19</sup> Por outro lado, não há muita dúvida de que os contratos de pesquisa do governo fornecem um subsídio oculto ao orçamento acadêmico, ao apoiarem pesquisas do corpo docente que, de outro modo, teriam que ser subsidiadas pela universidade. É muito provável que a escolha dos temas de pesquisa, pelo menos nas ciências naturais, seja muito pouco influenciada pela origem dos recursos, ao menos nas grandes universidades. É duvidoso que o ensino científico possa prosseguir num nível razoável sem esse tipo de apoio. Além disso, os estudantes radicais certamente se perguntarão por que o apoio do Ministério da Defesa é mais objetável do que o apoio vindo de

instituições capitalistas — em última instância, de lucros obtidos através da exploração —, ou do que o apoio recebido de doações isentas de tributação, que constituem, na verdade, um tributo imposto aos pobres para sustentar a educação dos privilegiados.<sup>20</sup> É impossível escapar ao fato de que, em última análise, a universidade é uma instituição parasitária, do ponto de vista econômico. Ela não pode libertar-se das desigualdades da sociedade em que existe. Ao mesmo tempo, sua existência como instituição relativamente livre depende de valores sustentados pela sociedade como um todo. Quando, por exemplo, o senador Fullbright critica as universidades por terem “traído a confiança popular”, ao se associarem ao complexo industrial-militar, em vez de agir como uma instituição crítica independente, ele expressa os valores que permitem que a universidade funcione como uma instituição livre, até onde ela consegue fazê-lo. Não é impossível que esses valores venham a constituir uma das baixas do tumulto doméstico, tumulto este que, em parte, é consequência do militarismo norte-americano. Seria uma tolice continuarmos cegos para esses riscos.

Um dos legados do liberalismo clássico que devemos lutar para defender com vigilância ininterrupta, dentro e fora das universidades, é o compromisso com o “livre mercado das idéias”. Em certa medida, esse compromisso é meramente verbal. Mas a tarefa é ampliar, não restringir, a liberdade que existe — e que não é insignificante. Os estudantes têm razão em perguntar por que se deve permitir que os membros do corpo docente contribuam para o culto das armas ou para o trabalho sobre a contra-insurgência. Eles também assinalam, com muita justiça, que é absurdo afirmar que isso é apenas um compromisso livremente assumido. O acesso às verbas, ao poder e à influência é dado aos que realizam esse trabalho, mas não, digamos, aos que preferem estudar maneiras pelas quais guerrilheiros precariamente armados possam combater um inimigo de esmagadora superioridade tecnológica. Se a universidade fosse realmente “neutra” e “isenta de valores”, um desses tipos de trabalho — como já foi assinalado — receberia tanto apoio quanto o outro. O argumento é válido, mas não altera o fato de que, ainda assim, o compromisso é assumido com avidez e com a convicção de estar certo. Somente a coação poderia eliminar a liberdade de se assumir a execução desse trabalho. Uma vez estabelecido o princípio de que a coerção é legítima nesse campo, fica muito claro contra quem ela seria usada. E o princípio da legitimidade da coerção destruiria a

universidade como instituição livre. Isso deve ser reconhecido e fica muito aquém do

Em alguns aspectos, pelo Ministério da Defesa biológica ou sobre a confluência financiadas pelo Instituto de Ciências Sociais, do qual as energias não seria corrompidas pela Defesa. A questão importante é a de ser feitos dele, e não de outros. Esta tem certa importância para o Pentágono ganha respeito internacional norte-americana como um exemplo de uma tragédia real — a tragédia norte-americana. Muitas das razões me parecem marginalizadas, não são a base para pesquisas, mas pouco se importam em ser destruídos e reprimidos em ramificações privadas e públicas, a corrida armamentista — a corrida e intelectuais desesperadas, as vítimas futuras de uma catástrofe, importa que seu destino seja decidido no âmbito universitário, ou em Los Angeles de distância. Retirar esse trabalho, talvez fosse até mesmo esse trabalho prosseguir, e não se tornar objeto de um ataque, apenas impedi-lo, mas não o popular.

Um dos sinais mais evidentes de uma reação estudantil com o propósito de destruir os que concordariam

dos através da de tributação, ira sustentar a ue, em última le vista econô-em que existe. e livre depen-do, por exem-ído a confian-em vez de agi-os valores que livre, até onde m a constituir parte, é conse- tinuarmos ce-

para defender , é o compro- : compromisso liberdade que perguntar por ribuam para o . Eles também o é apenas um r e à influênci s que preferem os possam com- a universidade de trabalho — . O argumento isso é assumido o poderia elimi- vez estabelecido ito claro contra ção destruiria a

universidade como instituição séria; destruiria seu valor para uma sociedade livre. Isso deve ser reconhecido, mesmo à luz do fato inegável de que a liberdade fica muito aquém do ideal.

Em alguns aspectos, a questão específica do financiamento da pesquisa pelo Ministério da Defesa é enganosa. As pesquisas sobre a guerra química e biológica ou sobre a contra-insurgência não seriam mais benignas se fossem financiadas pelo Instituto Nacional de Saúde ou pelo Conselho de Pesquisas em Ciências Sociais, do mesmo modo que um trabalho sobre a física de altas energias não seria corrompido se o financiamento viesse através do Ministério da Defesa. A questão importante é a natureza do trabalho e os usos que tendem a ser feitos dele, e não a questão burocrática da origem do financiamento. Esta tem certa importância, na medida em que se poderia argumentar que o Pentágono ganha respeitabilidade por apoiar pesquisas sérias. Para a sociedade norte-americana como um todo, esse fenômeno é um sintoma insignificante de uma tragédia real — a militarização contínua e talvez irreversível da sociedade norte-americana. Mas, no caso particular das universidades, estas considerações me parecem marginais. Outro problema colateral, a meu ver, é a questão de uma base para pesquisas militares no *campus*. Na verdade, os vietnamitas pouco se importam em saber se a tecnologia de contra-insurgência utilizada para destruí-los e reprimi-los é desenvolvida nos salões da universidade<sup>21</sup> ou em ramificações privadas em sua periferia. E, para as vítimas da interminável corrida armamentista — as vítimas atuais do desperdício de recursos materiais e intelectuais desesperadamente necessários em outras áreas, ou as possíveis vítimas futuras de uma catástrofe devastadora —, para esses infelizes, pouco importa que seu destino seja decidido num Ministério da Morte, ou no *campus* universitário, ou em Los Alamos ou Fort Detrick, a centenas de quilômetros de distância. Retirar esse trabalho do *campus* é socialmente irrelevante. Na verdade, talvez fosse até um retrocesso. Pode-se argumentar que, enquanto esse trabalho prosseguir, é preferível que seja realizado no *campus*, onde pode se tornar objeto de um ativismo e de protestos estudantis que poderiam não apenas impedi-lo, mas também contribuir para a crescente conscientização popular.

Um dos sinais mais esperançosos, em minha opinião, é a crescente preocupação estudantil com o problema dos usos da pesquisa. Atualmente, são poucos os que concordariam com a avaliação de Edward Teller de que “devemos

confiar a nossos processos sociais” a tarefa de fazer a melhor utilização dos avanços tecnológicos, e eles “não devem ser cerceados por argumentos que envolvam conseqüências ou custos”.<sup>22</sup> A questão dos usos da tecnologia é multifacetada: implica juízos históricos e políticos complexos, bem como problemas técnicos. O adequado seria que fosse enfrentada pelos estudantes numa época da vida em que eles estivessem relativamente livres de pressões externas, livres para explorar as muitas dimensões dos problemas, e respaldados por uma comunidade com interesses similares, e não isolados num mercado competitivo de trabalho. Por essas razões, os problemas da pesquisa militar baseada no *campus* parecem-me muito complexos.

Os que acreditam que uma mudança social radical é imperativa em nossa sociedade vêem-se diante de um dilema ao examinar a reforma universitária. Eles querem que a universidade seja uma instituição livre e querem que os indivíduos dentro dela usem essa liberdade de forma civilizada. Observam que a universidade — ou, para ser mais exato, muitos de seus integrantes — “alinha-se a serviço da técnica da guerra” e, muitas vezes, funciona de modo a resguardar privilégios e apoiar a repressão. Partindo dessa observação, essencialmente correta, é fácil resvalar para sérios equívocos. É simplesmente uma falácia afirmar — como fazem muitos, hoje em dia — que a universidade só existe para fornecer mão-de-obra ao sistema empresarial, ou que ela (e a sociedade) não permite trabalhos significativos, ou que a universidade serve meramente para coagir e “canalizar” os estudantes para um estilo de vida e uma ideologia socialmente aceitos, muito embora seja verdade que é muito grande a tentação de fazer escolhas que rumem nessas direções. Numa medida preponderante, as características da vida universitária que são justificadamente ofensivas para muitos estudantes interessados não resultam do controle exercido pelo conselho diretor, nem dos contratos da defesa ou das decisões administrativas, mas das escolhas relativamente livres feitas pelo corpo docente e pelos alunos. Daí o dilema apontado acima. É improvável que a “reestruturação da universidade” seja eficaz na eliminação dos aspectos da instituição que deflagraram as críticas estudantis. Na verdade, muitas das propostas concretas que vi, desconfio, tendem a surtir o efeito inverso, ou seja, podem levar a um sistema de normas obrigatórias que talvez pareçam democráticas no papel, mas que restringirão a liberdade individual existente numa instituição que é

sumamente descentralizada administrativa e, portanto

É possível imaginar re no máximo um efeito dis O verdadeiro problema é promissos pessoais dos in do que a modificação de com seriedade por meio d

Mais pertinente, creio de 1962, que foi mais ou

A universidade situa-se r função educacional a tor instituição crucial na forn te complexo, ela é a instit nhcimentos. (...) Relevãr tos, estes fazem da univers to de mudança social.

Qualquer Nova Esqu uma esquerda com reais q beração, a franqueza e a r dade permite que a vida ação seja esclarecida pela

A reforma universitária, em como estes: não para a imp para a imposição do trabalh do qual, pessoalmente, con nativas. Creio que isso pod intelectual que tem faltado,

A universidade deve co exigências externas, que ref sociedade extra-universitãr embora não seja objetável problemas que podem ser a que requerem uma nova co

r utilização dos  
argumentos que  
da tecnologia é  
bem como pro-  
studantes numa  
ressões externas,  
respaldados por  
n mercado com-  
sa militar basea-

erativa em nossa  
na universitária.  
: querem que os  
zada. Observam  
is integrantes —  
cional de modo a  
observação, essen-  
mplesmente uma  
i universidade só  
i que ela (e a so-  
siedade serve me-  
lo de vida e uma  
e é muito grande  
uma medida pre-  
justificadamente  
o controle exerci-  
is decisões admi-  
corpo docente e  
a “reestruturação  
a instituição que  
opostas concretas  
podem levar a um  
ráticas no papel,  
instituição que é

sumamente descentralizada e bem pouco rígida em sua estrutura decisória e administrativa e, portanto, bastante receptiva aos desejos de seus integrantes.

É possível imaginar reformas úteis. Suspeito, entretanto, que elas tenham no máximo um efeito discreto no modo de funcionamento da universidade. O verdadeiro problema é muito mais profundo: modificar as escolhas e compromissos pessoais dos indivíduos que a compõem. Isso é muito mais difícil do que a modificação de estruturas formais, e não é provável que se realize com seriedade por meio desse tipo de reestruturação.

Mais pertinente, creio eu, é a idéia expressa na Declaração de Port Huron de 1962, que foi mais ou menos o “documento fundador” do SDS:

A universidade situa-se numa posição permanente de influência social. Sua função educacional a torna indispensável e, automaticamente, faz dela uma instituição crucial na formação das atitudes sociais. Num mundo incrivelmente complexo, ela é a instituição central para organizar, avaliar e transmitir conhecimentos. (...) Relevância social, acesso ao saber e abertura interna — juntos, estes fazem da universidade uma base potencial e um agente do movimento de mudança social.

Qualquer Nova Esquerda dos Estados Unidos deve ser, em larga medida, uma esquerda com reais qualificações intelectuais, comprometida com a deliberação, a franqueza e a reflexão como instrumentos de trabalho. A universidade permite que a vida política seja um auxiliar da vida acadêmica e que a ação seja esclarecida pela razão.<sup>23</sup>

A reforma universitária, em minha opinião, deveria orientar-se para objetivos como estes: não para a imposição de restrições, mas para a redução delas; não para a imposição do trabalho que é hoje amiúde dominante — e grande parte do qual, pessoalmente, considero detestável —, mas para a abertura de alternativas. Creio que isso pode ser feito, embora exija um grau de compromisso intelectual que tem faltado, *grosso modo*, aos envolvidos na reforma universitária.

A universidade deve compensar os fatores de distorção introduzidos pelas exigências externas, que refletem, necessariamente, a distribuição do poder na sociedade extra-universitária, e pela dinâmica da profissionalização, a qual, embora não seja objetável em si, muitas vezes tende a orientar o estudo para problemas que podem ser abordados pelas técnicas existentes e a afastá-lo dos que requerem uma nova compreensão. A universidade deve ser um centro de

investigação social radical, assim como já é um centro do que se poderia chamar de “investigação radical” nas ciências puras. Ela deve afrouxar ainda mais as suas “formas institucionais”, a fim de permitir uma variedade mais rica de trabalho, estudo e experimentação, e deve proporcionar acolhimento ao intelectual livre, ao crítico social, ao pensamento irreverente e radical que se faz desesperadamente necessário, se quisermos escapar da desoladora realidade que ameaça esmagar-nos. A principal barreira a esse avanço não será a má vontade dos administradores nem a teimosia do conselho diretor. Será a má vontade dos estudantes para executar o trabalho árduo e sério que é requerido, e será o temor do corpo docente de que sua segurança e sua autoridade, sua estrutura corporativista, sejam ameaçadas.

Estas, penso eu, são as verdadeiras barreiras a uma reforma e inovação sérias nas universidades, na situação atual, embora novas barreiras possam surgir, se essas forem superadas com êxito. São esses os problemas primordiais que devem motivar e orientar os esforços de transformação da universidade. Em geral, creio que a chamada Nova Esquerda tem uma tarefa de importância histórica e penso que essa tarefa foi formulada de maneira muito oportuna na Declaração de Port Huron, quando falou da necessidade de “uma esquerda com reais qualificações intelectuais, comprometida com a deliberação, a franqueza e a reflexão como instrumentos de trabalho”, comprometida com uma vida política em que “a ação seja esclarecida pela razão”.

Esses são objetivos muito fáceis de esquecer no calor do conflito, mas sua validade persiste, e só nos resta esperar que sejam continuamente ressuscitados como um guia da ação positiva.

### Notas do Original e/ou de Tradução:

Este ensaio foi publicado pela primeira vez in Robert M. Hutchins e Mortimer J. Adler (orgs.), *The Great Ideas Today Nineteen Sixty-nine* (Chicago: Encyclopedia Britannica, 1969).

1. Wilhelm von Humboldt, “On the Inner and Outer Organization of the Higher Institutions of Learning in Berlin”, partes do qual foram traduzidas in Marianne Cowan (org.), *Humanist Without Portfolio*.
2. Daniel Bell, “The Scholar Cornered”, *American Scholar*, vol. 37, nº 3 (1968).

3. Christopher Jencks e David
4. *The World of Randolph B.* desses comentários sugira a idéia de que as universi que o “trabalhador acadê O “trabalhador acadêmico da produção.
5. *Partisan Review*, vol. 35, nº
6. Irving Kristol, “A Different V 8 de dezembro de 1968. N logo em Harvard! — existe centenas de alunos matric Estudantes por uma Socied cujas aulas são dadas por ‘radicalização’ dos estudan (“logo Harvard!”) tenha crítica radical da sociedade
7. George Kennan, discurso p ral, Princeton, N.J., 2 de d Zbigniew Brzezinski, que “luddista”, descreve Kennan
8. Eqbal Ahmad, in Richard M
9. Harold B. Clifford, *Explori*
10. Richard West, *Sketches from*
11. Paul Lazarsfeld e Robert Me Social Action”, in Wilbur Smythe e H. H. Wilson nu mídia comercialmente patr indústrias de bens de const econômico-político norte-a in Neal D. Houghton (org.
12. Bertrand Russell, *Power*, p.
13. Nathan Glazer, “Student P
14. Paul Ricoeur, *Le Monde*, 9-
15. Glazer, “Student Power’ in
16. Para uma discussão esclarece
17. Idem.
18. James Ridgeway, *The Close*
19. Karl Marx, *Critique of the C*
20. Cf. idem. “Se, em alguns est também são gratuitas, isso classes superiores com a rec

3. Christopher Jencks e David Riesman, *The Academic Revolution*, pp. 104, 100.
4. *The World of Randolph Bourne*, pp. 198, 85, 87. Não pretendo que minha citação desses comentários sugira uma aprovação do que foi afirmado ou implicado — como a idéia de que as universidades já foram uma nobre comunidade de erudição, ou de que o “trabalhador acadêmico” deve ter um *status* diferente do de outros empregados. O “trabalhador acadêmico” não é o único que deve ficar livre de servir de instrumento da produção.
5. *Partisan Review*, vol. 35, nº 2 (1968).
6. Irving Kristol, “A Different Way to Restructure the University”, *New York Times Magazine*, 8 de dezembro de 1968. Não menos reveladora é a seguinte frase: “E em Harvard — logo em Harvard! — existe agora uma disciplina (Relações Sociais 148) que tem várias centenas de alunos matriculados e gera créditos, cujo currículo é planejado pelos Estudantes por uma Sociedade Democrática [Students for a Democratic Society, SDS.], cujas aulas são dadas por simpatizantes dos SDS, e cujo objetivo declarado é a ‘radicalização’ dos estudantes.” Na verdade, por que é tão escandaloso que Harvard (“logo Harvard!”) tenha uma disciplina de iniciativa dos estudantes, que oferece uma crítica radical da sociedade norte-americana e de sua conduta internacional?
7. George Kennan, discurso proferido na Associação Internacional pela Liberdade Cultural, Princeton, N.J., 2 de dezembro de 1968; *New York Times*, 4 de dezembro de 1968. Zbigniew Brzezinski, que interpreta o movimento estudantil como basicamente “luddista”, descreve Kennan como alguém “num clima de ódio dos jovens”.
8. Eqbal Ahmad, in Richard M. Pfeffer (org.), *No More Vietnams?*, p. 18.
9. Harold B. Clifford, *Exploring New England*.
10. Richard West, *Sketches from Vietnam*, pp. 97-98.
11. Paul Lazarsfeld e Robert Merton, “Mass Communication, Popular Taste, and Organized Social Action”, in Wilbur Schramm (org.), *Mass Communications*, citado por D. W. Smythe e H. H. Wilson num estudo em que eles concluem que “a principal função da mídia comercialmente patrocinada nos Estados Unidos é comercializar a produção das indústrias de bens de consumo e treinar a população para que ela seja fiel ao sistema econômico-político norte-americano” (“Cold War-mindedness and the Mass Media”, in Neal D. Houghton (org.), *Struggle Against History*, pp. 71-72).
12. Bertrand Russell, *Power*, p. 252.
13. Nathan Glazer, “‘Student Power’ in Berkeley”, *Public Interest*, nº 13 (outono de 1968).
14. Paul Ricoeur, *Le Monde*, 9-10 de junho de 1968.
15. Glazer, “‘Student Power’ in Berkeley”.
16. Para uma discussão esclarecedora, ver Michael Kidron, *Western Capitalism Since the War*.
17. Idem.
18. James Ridgeway, *The Closed Corporation*.
19. Karl Marx, *Critique of the Gotha Programme*, 1875.
20. Cf. idem. “Se, em alguns estados [dos Estados Unidos], as instituições de ensino superior também são gratuitas, isso apenas significa, na verdade, bancar o custo da educação das classes superiores com a receita geral dos impostos.”

se poderia cha-  
 uxar ainda mais  
 ide mais rica de  
 imento ao inte-  
 edical que se faz  
 adora realidade  
 o não será a má  
 retor. Será a má  
 que é requerido,  
 autoridade, sua

orma e inovação  
 arreiras possam  
 mas primordiais  
 da universidade.  
 a de importância  
 ito oportuna na  
 e “uma esquerda  
 liberação, a fran-  
 netida com uma

onflito, mas sua  
 nte ressuscitados

imer J. Adler (orgs.),  
 Britannica, 1969).

ition of the Higher  
 in Marianne Cowan

nº 3 (1968).

21. Como continua a ser. Por exemplo, um dos iniciadores do Projeto Cambridge, no MIT, o professor Ithiel Pool, afirmou que esse projeto de 7,6 milhões de dólares “fortalecerá” as pesquisas sobre a contra-insurgência (*Scientific Research*, 15 de setembro de 1969). Ao mesmo tempo, ele caracteriza os protestos estudantis que afirmam que isso vai acontecer como “uma porção de asneiras”.
22. “Teller Urges Strong Nuclear Management”, *Aviation Week and Space Technology*, 22 de abril de 1963. Devemos “levar os avanços científicos até o limite”, exorta Teller: “os requisitos militares não tardarão a se seguir”. A preocupação com “a melhor utilização humana dos avanços já alcançados” é, em sua opinião, “um sintoma extremamente grave”, que ameaça “toda a civilização dinâmica do Ocidente, da qual os Estados Unidos são a ponta-de-lança”.
23. Students for a Democratic Society, Port Huron Statement (1962), reproduzida em Mitchell Cohen e Dennis Hale (orgs.), *The New Student Left*.

## CAPÍTULO 7

## PSICOLOGIA E ID

Um século atrás, uma voz c  
 “uma raça inferior de orien  
 pologia profissionalizou-se  
 aumento da ‘raciologia’”.<sup>2</sup>  
 racista do século XIX, uma  
 científico das afirmações? e  
 dem? São perguntas logican  
 mem o primeiro plano, na  
 solapadas. No caso da antr  
*status* científico já não cons  
 sua função social. Se o chir  
 haver ao exercício de seu co

Examinemos agora uma  
 são meramente os chineses  
 as pessoas. A ciência revelou  
 de”. O que a pessoa faz é to  
 sua história de reforço. Por  
 comportamental para mold  
 resse comum.

Mais uma vez, podemos  
 fico dessas afirmações e sob